€mpreender

economia | negócios | investimentos

1º semestre | 2011

Empreendedorismo e Estratégia
José Crespo de Carvalho 04

Crie a sua empresa com um euro 15

GEM Açores. Uma radiografia ao Empreendedorismo nos Açores 22

ficha técnica

director
Arnaldo Machado

editor
Paulo Carreiro

propriedade
Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade

design e paginação
Bloco d - design e comunicação

impressão
Nova Gráfica, Ld.ª

tiragem
600 exemplares

contactos
Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade
Praça Gonçalo Velho Cabral, nº3
9500-063 Ponta Delgada, Portugal
Tel: 296 309 100 | Fax: 296 288 491
draic@azores.gov.pt
www.azores.gov.pt

periodicidade
Semestral

índice

3 **nota de abertura**

Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade

4 **opinião**

Empreendedorismo e Estratégia

Empreendedorismo nos Açores

A redescoberta das 'Descobertas'

Entrevista: Um projecto que nasceu no seio universitário

13 **espaço GE**

Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo dos Açores

Crie a sua empresa com um euro

Licenciamento zero

Código Contributivo: conheça as novas regras

19 **notícias**

23 **estatísticas**

nota de abertura

No primeiro número do seu sexto ano de vida, a €mpreender oferece-nos, uma vez mais, alimento para a reflexão e para a acção.

Neste número da nossa revista, Jorge Nascimento Rodrigues convida-nos a uma viagem ao período das descobertas, onde encontramos o Portugal empreendedor do passado e – talvez mais relevante – descobrimos importantes pistas para a (re)construção de uma identidade nacional, única e por isso distintiva, no contexto do mundo global.

José Azevedo descreve-nos o que está a ser feito para desenvolver o espírito empreendedor e impulsionar a criação de valor e riqueza nos Açores. O autor aproveita para oferecer alguns contributos que poderão fortalecer o ecossistema empreendedor da Região, salientando a necessidade de se investir no conhecimento e na inovação, tornando-os a base da criação de novos negócios.

Com o seu habitual pragmatismo, José Crespo de Carvalho traça o caminho para o empreendedorismo empresarial nos Açores em oito passos. Contudo, no mesmo sentido dos restantes autores, este académico e empresário conclui que a cartilha que apresenta apenas enfatiza a necessidade do processo empreendedor ser conduzido pela estratégia, porque "não se pode querer ter tudo. Há que fazer escolhas. Há que criar uma visão, uma missão consistente para cada uma das ilhas, metas e objectivos concretos."

Na entrevista deste semestre Pedro Pereira conta-nos como conseguiu transformar um plano de negócios na BripelAçores. Este jovem empreendedor fala-nos dos desafios e das oportunidades que encontrou e como superou uns e aproveitou as outras.

Com estes contributos percebemos facilmente que o caminho para o nosso sucesso passa por nós: pela nossa gente, pelas nossas instituições e pelas nossas empresas. As ferramentas necessárias à construção deste caminho estão nas nossas mãos.

Boas férias, boa reflexão e bons negócios.

Arnaldo Machado
Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade

JOSÉ CRESPO DE CARVALHO

Professor Catedrático
Gestão de Empresas
ISCTE – IUL – Instituto Universitário de Lisboa

Empreendedorismo e Estratégia

O mundo mudou. Os dinossauros já eram. Os mamutes ficaram e evoluíram. Não é preciso sequer recorrer a Darwin porque a história está contada há muitos e muitos anos. E a mudança desta última década, então, fala por si. Neste contexto, ser reactivo apenas trás respostas tardias. Ignorar a mudança é morrer com ela. Ser pró-activo pode fazer diferenças. E mesmo assim… nada é seguro.

A mudança é impiedosa e injusta. Retira o ser humano da zona de conforto. Mostra como é importante viver com ela, convidá-la a entrar, fazê-la amiga.

Desde a falência do Lehman Brothers, nos EUA, ao primeiro resgate (110 mil milhões de Euros) e agora a um segundo resgate à Grécia (este segundo envolvendo mais privados e ascendendo a 85 mil milhões de euros), o primeiro resgate à Irlanda (85 mil milhões de euros, sobretudo para o sistema bancário) e o primeiro resgate a Portugal (78 mil milhões de euros), e tanta coisa que paira no ar sem que se saiba o que virá a seguir que o mundo não será, nunca mais, o mesmo. Nunca mais será o mesmo, por exemplo, para nós Portugal: esteja-se no Continente ou nos Açores.

Porquê? Porque se tem que pagar uma dívida gigantesca, porque se hipotecou muito do futuro das gerações vindouras – e das actuais – e porque, queira-se ou não, tudo isto lança a suspeita de uma liga B ou a possibilidade de saída do Euro ou, ainda, e esta seguramente, o aprofundamento da nossa pobreza e periferia. Em que dimensão? Veremos o tamanho do buraco e teremos oportunidade de nos apercebermos de quão longe está a Europa e de quão longe estará cada vez mais. Futuro? Não haverá sem mudar mentalidades e criar. Portugal precisa de criar, de inovar, de empreender, de exportar, de pensar-se de novo. Longe de esperar pela Europa porque a Europa é demasiado egoísta, como se tem visto e a história comprova, para esperar por alguma coisa que venha de nós ou para nos ajudar.

Portugal, como se conhece, ruiu. Portugal precisa de nascer de novo. Um novo Portugal. Mas que Portugal, perguntar-se-á?

O Portugal do Estado não será seguramente. O Portugal do emprego não será certamente. Mais depressa se acertará no que será Portugal se se pensar no Portugal do empreendedorismo. Portugal tem que empreender mesmo. Os portugueses têm que lutar, crescer, amadurecer, trabalhar para o seu próprio sustento. Criar as suas próprias empresas. Inovar. Sair da zona de conforto. Aproveitar o que de bom existe, ainda, por cá. Se por cá quiserem ficar.

Pegando no empreendedorismo de Shumpeter Portugal tem que saber 1) introduzir novos produtos, 2) introduzir novos métodos produtivos; 3) abrir mercados; 4) abrir novas fontes de abastecimento, 5) contribuir para novas organizações das indústrias. O Portugal espera pelo Portugal do empreendedorismo. O Portugal mais difícil, de maior risco, do caminho das pedras, das dificuldades, das angústias. Mas Portugal tem, de facto, de empreender.

Como, perguntar-se-á? Em quê, perguntar-se-á? Veja-se o caso dos Açores. Uma economia ainda maioritariamente rural e de subsistência. Periférica como, de resto, todo o Portugal. Longe do centro da Europa. Longe dos mercados como longe das fontes.

Primeiro passo: as ilhas terão que se especializar em vertentes diferentes e essa especialização trará complementaridade e coesão ao arquipélago.

Segundo passo: as ilhas terão de passar da competição à colaboração se não quiserem que os seus filhos se percam no degredo, a trabalhar como emigrantes pobres por conta de outrem. Isto se se der o caso, uma sorte, de arranjarem trabalho.

Terceiro passo: as ilhas têm que mexer nas condições dos factores: trabalho, capital humano, universidade.

Quarto passo: as ilhas serão forçadas a introduzir novos produtos. Que novos produtos? Mais caros, mais pequenos, de maior valor acrescentado. Que tal bricks feitos com estrume de vaca (e que servirão para o aquecimento das casas; biomassa, portanto) ou suplementos naturais à base de chá verde, leites e queijos? Jóias e produtos trabalhados com pedras vulcânicas porque há fontes em abundância? Produtos de saúde e beleza, com águas salinas e propriedades de plantas da região? Enfim, exemplos não faltarão se as cabeças quiserem pensar não apenas em queijo – que é um excelente produto a exportar, igualmente, mas que precisa de um fabrico menos artesanal e mais consistente e estandardizado. No final, produtos de muito maior valor acrescentado e que permitam margens altas e transporte aéreo.

Quinto passo: as ilhas serão forçadas a introduzir novos métodos produtivos. E novos métodos produtivos que sejam sofisticados, onde a universidade aportará um papel essencial. Ou não, se se enquistar nas águas mornas do Estado e se adormecer à espera do subsídio e dos ordenados. A universidade terá que trabalhar receitas próprias, muitas receitas próprias, provenientes de projectos em colaboração com novos empresários e que lhe permita respirar outros ares. Trabalhando novos processos produtivos para novos produtos.

Sexto passo: as ilhas serão forçadas a abrir mercados no centro da Europa, na América do Norte, na Ásia. E deixar apenas os mercados locais e/ou regionais (que passam pelo Continente; no Continente também não há dinheiro!). Com produtos e processos produtivos inovadores terão que trabalhar, igualmente, outras competências de gestão, mais comerciais, negociais e de venda.

Sétimo passo: abrir novas fontes de abastecimento, que podem ser as mesmas (reinventadas) mas com outras finalidades. As plantas e chás para gerarem produtos inovadores, suplementos alimentares naturais. As águas marítimas e os elementos vulcânicos para gerarem produtos de saúde e beleza. As rochas e pedras vulcânicas para produzirem bijutaria e joalharia de classe mundial. A imaginação, se se quiser, não faltará. Talvez falte mais a vontade e pese mais a inércia que outra coisa. A propósito, as fontes de abastecimento como os dejectos das vacas e o vento podem produzir energia. E a energia poderá tornar as ilhas quase auto-suficientes em termos energéticos.

Oitavo passo: olhar para as várias indústrias e procurar alargar as fronteiras dessas indústrias. Na indústria dos leites, queijos e derivados reinventando-a e criando produtos únicos. Na dos suplementos alimentares idem. Na dos chás. Na dos produtos de saúde e beleza. Tanto a fazer. Tanto por onde progredir.

Finalmente, eu diria – a sentimento – que de tudo o que tenho ouvido falar o turismo é talvez a componente mais complexa nos Açores. Faltam escolas, serviço, cultura de turismo. E falta um elemento essencial ao turismo e que os Açores não conseguem gerir: o tempo. E o tempo, queira-se ou não, será um elemento absolutamente crítico para deitar por terra muitas das aspirações dos açorianos relativamente às expectativas turísticas. Há outros destinos muito mais bem apetrechados, em termos climatéricos, que os Açores para o fazer. Partirão sempre em desvantagem competitiva.

Concluindo: para quê a estratégia no empreendedorismo? Porque não se pode querer ter tudo. Há que fazer escolhas. Há que criar uma visão, uma missão consistente para cada uma das ilhas, metas e objectivos concretos. Que devem unir as várias entidades a estimular esse mesmo empreendedorismo empresarial (podem ver-se exemplos interessantes de empreendedorismo sem subsídios, no Continente, estudando o exemplo da MCG: Mind for Metal, site: www.mcg.pt ou da Portela Cafés, site: www.portelacafes.pt; *ambos na linha do empreendedorismo com visão, trabalho e dedicação*). Não com a prática do subsídio fácil mas com a prática da facilitação. Da simplificação procedimental, das isenções iniciais, da cedência de instalações para *spin-off's*. O subsídio será a pior arma que um governo, qualquer governo, poderá dar ao empreendedorismo. Porque com ele nunca terá empreendedores mas apenas e só chupistas.

Futuro? Não haverá sem mudar mentalidades e criar. Portugal precisa de criar, de inovar, de empreender, de exportar, de pensar-se de novo. Longe de esperar pela Europa porque a Europa é demasiado egoísta, como se tem visto e a história comprova, para esperar por alguma coisa que venha de nós ou para nos ajudar.

JOSÉ AZEVEDO

Professor auxiliar no Departamento de Biologia da Universidade dos Açores. Actualmente exerce funções de adjunto do Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, com responsabilidades na área da formação avançada.

Empreendedorismo nos Açores

O moderno conceito de empreendedorismo, aplicado ao contexto económico, teve origem nos trabalhos de Joseph Schumpeter na década de 1930. O empreendedor é a pessoa que está disposta e tem capacidades para criar uma inovação com sucesso, num processo de destruição criativa no qual novos produtos e novos modelos de negócio substituem no todo ou em parte produtos e modelos inferiores. Mais tarde outro economista, Peter Drucker, associou a esta definição o conceito do risco que o empreendedor deve assumir para desenvolver a sua ideia. O empreendedorismo é hoje visto como essencial para a criação de emprego e para o crescimento económico, particularmente em ligação com os jovens e com as pequenas e médias empresas.

As políticas públicas de estímulo do empreendedorismo distribuem-se por duas áreas paralelas: o ensino e formação (visando estimular e fortalecer o espírito empreendedor dos cidadãos) e o apoio à criação e fortalecimento de empresas com base empreendedora. Existem já nos Açores várias iniciativas que cobrem boa parte deste espectro.

No eixo da educação, e nas faixas etárias mais baixas, a Direcção Regional de Juventude (DRJ) e a Direcção Regional da Educação e Formação (DREF) coordenam um programa designado "Educação Empreendedora: O Caminho do Sucesso!", orientado para os alunos e professores do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, do Ensino Secundário e do Ensino Profissional. Com a primeira edição no corrente ano lectivo, mas abrangendo já experiências em 26 escolas, cinquenta e dois professores, mil e quarenta alunos e dezoito Clubes de Empreendedorismo, o programa culminou nos passados dias 6 e 7 de Junho na 1ª Edição do Concurso Regional IdeiAçores, onde foram apresentadas 19 ideias de negócio, procedentes das ilhas São Miguel, Terceira, Pico, São Jorge, Faial e Graciosa.

A criação do Centro de Empreendedorismo na Universidade dos Açores em 2006 constituiu uma forma de abordar esta temática ao nível dos estudantes do ensino superior. Para além de um Curso de Empreendedorismo, que teve já várias edições, é oferecida uma unidade curricular que pode ser integrada como opção nos *curricula* dos vários cursos. Ainda no âmbito da academia, iniciativas empreendedoras de estudantes poderão no futuro próximo ser apoiadas a dois níveis: o de uma incubadora de empresas e de uma Júnior Empresa, ambas com o apoio da DRJ. As incubadoras são uma forma reconhecida de desenvolver iniciativas empresariais nascentes, dadas as vantagens iniciais de um espaço gratuito e de equipamentos partilhados. Já uma Júnior Empresa é um conceito diferente, mas que pode ser integrado no anterior: trata-se de uma associação sem fins lucrativos, totalmente gerida por estudantes, que presta serviços de consultoria especializados a empresas e outras entidades. Visando principalmente complementar a formação académica dos seus membros, a participação numa Júnior Empresa coloca o estudante em contexto real de trabalho, desenvolvendo competências profissionais e pessoais e dotando-o de uma rede de contactos que potenciará encontrar parceiros para projectos futuros.

A constituição de empresas de base tecnológica está muitas vezes dependente de uma formação pós-licenciatura. A Direcção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações (DRCTC), através do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia tem um programa de apoio à formação avançada, concedendo bolsas de investigação que têm contribuído para a elevação das qualificações académicas da população. Algumas destas bolsas são atribuídas em contexto

empresarial, ou em interfaces tecnológicos de apoio às empresas. A DRCTC, através do Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação, apoia também projectos de investigação em contexto empresarial os quais têm em muitos casos servido para apoiar iniciativas de empreendedorismo de base tecnológica.

No eixo paralelo do suporte à constituição de empresas, a principal intervenção governamental é a da Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade (DRAIC), a qual dinamiza um conjunto de iniciativas de suporte ao empreendedorismo. Para além do Manual do Empreendedor, uma fonte de informação importante para orientar o candidato a empresário, foi criada a Rede de Gabinetes do Empreendedor, constituída por um gabinete em cada ilha (excepto no Corvo) e destinada a proporcionar um atendimento personalizado e especializado a empresas e futuros empresários. A DRAIC tem ainda realizado anualmente o Concurso Regional de Empreendedorismo, destinado a premiar planos de negócios inovadores, exequíveis e que correspondam a necessidades do mercado, de modo a proporcionar aos jovens com potencial empreendedor condições facilitadas para reunirem capital próprio para a implementação das suas ideias e a sua transposição para o mundo empresarial. O Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER), que visa o reforço da competitividade e produtividade das empresas, é complementado por um sistema de incentivos ao empreendedorismo, o Empreende Jovem, destinado a estimular o aparecimento de novos empreendedores, capazes de contribuir para a diversificação e renovação do tecido empresarial. Em complemento ou em alternativa, as iniciativas empresariais têm ainda ao seu alcance um fundo de capital de risco, o FIAEA (Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo) para a criação e renovação das micro e pequenas e médias empresas.

Ao nível autárquico foi criado recentemente em Ponta Delgada um parque empresarial no âmbito do qual está em desenvolvimento um ninho de empresas. O objectivo é incentivar detentores de uma ideia inovadora sobre um negócio a criar a sua própria empresa. O Azores Parque presta apoio técnico em gestão e na execução do plano de negócios, faculta o acesso a um núcleo de trabalho e encaminha o empreendedor para a melhor solução no que respeita a fontes de financiamento.

As Câmaras de Comércio regionais desempenham também um papel importante neste contexto. Enquanto entidades de proximidade, proporcionam formação, apoio e orientação nas várias fases de desenvolvimento da ideia de negócio e das empresas recém-criadas. Neste âmbito, a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada criou o primeiro ninho de empresas da Região, designado por EDET, o qual tem por critério de admissão o desenvolvimento de produtos ou serviços inovadores na Região.

Nesta panóplia de iniciativas haverá seguramente aspectos a melhorar e boas práticas a alargar em termos geográficos ou de público-alvo. A educação para o empreendedorismo, por exemplo, deve abranger todos os estudantes e estar integrada de forma lógica e progressiva nos *curricula*, do ensino básico ao superior. Esta aspiração exige concertação de esforços, actuação em diversos domínios e sobretudo continuidade. Por outro lado, mesmo esta breve análise permite detectar alguns espaços por preencher. É o caso de iniciativas de incubação de empresas de base tecnológica ou de conhecimento. A projectada criação de parques tecnológicos pode vir a dar um forte contributo nesta área, sobretudo se for associada à implementação de mecanismos de suporte às várias fases de criação e desenvolvimento empresarial. A existência de um Centro de Empresas e Inovação (*Business Innovation Center*) surge como uma clara necessidade assim como, noutro plano, o é um clube de *Business Angels*.

Para além do Manual do Empreendedor, uma fonte de informação importante para orientar o candidato a empresário, foi criada a Rede de Gabinetes do Empreendedor, constituída por um gabinete em cada ilha (excepto no Corvo) e destinada a proporcionar um atendimento personalizado e especializado a empresas e futuros empresários.

Mas qual é o estado do empreendedorismo na Região Autónoma dos Açores? Quais são as atitudes e percepções da população (em especial dos mais novos) perante o empreendedorismo? As respostas a estas e outras questões têm importância na avaliação das medidas em curso e no planeamento de intervenções futuras, e serão conhecidas em breve, quando for divulgado o estudo GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*) Açores 2010. Este estudo segue uma metodologia internacional, adoptada em 59 países, e permitirá uma análise comparativa de extremo interesse na preparação de um necessário Plano Estratégico para o Fomento do Empreendedorismo na Região Autónoma dos Açores. Para esse efeito existe já um Grupo de Trabalho nomeado a nível do Governo Regional, o qual neste momento acompanha e coordena as iniciativas na área do empreendedorismo dos vários departamentos governamentais.

JORGE NASCIMENTO RODRIGUES

Colaborador do semanário Expresso desde 1983, coordenador da Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão e editor executivo da editora Centro Atlântico. Tem formação na área da economia e é co-autor de diversas obras de divulgação de management, do empreendedorismo e da história económica e geopolítica portuguesa. Foi fundador e editor, nos anos 1980, da revista Futuro, uma publicação mensal de ciência e tecnologia. Em 2007 publicou "Portugal, o Pioneiro da Globalização", que se encontra também traduzido em inglês.

A redescoberta das 'Descobertas'

O período Quinhentista é mais do que uma recordação emocional da grandeza passada para florear discursos. É uma fonte de inspiração para as gerações empreendedoras atuais. A originalidade como país pioneiro da globalização é o maior ativo simbólico que os portugueses têm.

Os períodos de crise profunda internacional e nacional são sempre momentos de encruzilhada na forma como um país projeta a sua imagem no mundo e o seu povo constrói o simbólico que o inspira na atividade política e económica.

Esses momentos são cíclicos e o padrão de opções no menu de comportamento repete-se: entre o pessimismo militante e a ideia de fim de nação cultivada por uma parte das elites, ao seguidismo voluntarista de "bom aluno" dos ventos dominantes no espaço geopolítico em que o país se foi inserindo ao longo da história, até à rutura, porventura a opção sempre mais difícil e arriscada, de procurar ou redescobrir a identidade num mundo globalizado, de afirmar o que é único e faz a diferença no contexto mundial.

A investigação da história geopolítica e económica portuguesa desde as reuniões do núcleo duro de decisão estratégica do Mestre de Aviz em Torres Vedras em 1412 revela que Portugal tem algo de distintivo que foi construído num processo evolutivo ao longo de várias gerações até 1520. Esse traço único é o facto de ter sido o pioneiro da globalização.

Mais do que a resiliência de um estado dos mais antigos da Europa, cujas fronteiras se mantêm praticamente as mesmas desde 1297, o que nos distingue é o pioneirismo nesse fenómeno geopolítico e geoeconómico que foi batizado, desde os anos 1960, quando entrou no dicionário inglês Webster, como globalização.

Apesar do termo ser relativamente recente, o fenómeno é antigo e a sua explicação é menos sofisticada do que aparenta. Globalização, sublinhou o professor Joseph Nye, "significa redes de interdependência a nível de distâncias intercontinentais". Os portugueses foram os primeiros a criá-las de um modo sistemático e sustentado entre o Atlântico, o Índico e o Pacífico no espaço de pouco mais de um século, unindo em rede os principais espaços económicos e geopolíticos do mundo de Quinhentos, apesar do processo de gestação desse fenómeno ser longo, e ter tido diversos precursores desde o século VIII a.C., como recorda o professor George Modelsky.

Conhecido como o período das "Descobertas" pelas caravelas e marinheiros que partiram de Lagos e do Tejo, ele encerra mais do que a visão idílica e messiânica de uma "missão portuguesa" predestinada de missionação, aventureirismo, coragem física e heroicidade com uma grande dose de loucura que começou a ser alimentada desde 1450 pelos cronistas oficiais e que teve o seu apogeu ideológico durante o período do projeto imperial manuelino, pela pena de Duarte Galvão, e depois, no início do declínio, no reinado de Dom João III, com João de Barros e Damião de Góis. No período da luta contra a monarquia dual filipina e durante a restauração da coroa portuguesa no século XVII e já no século XX com a ditadura salazarista, o simbólico messiânico foi transformado em doutrina de estado.

Mas a solução não é deitar o bebé com a água suja do banho. O que se exige é redescobrir esse passado e reconstruir um discurso simbólico baseado no pioneirismo da globalização, que, em particular, seja útil para as gerações que fazem da iniciativa empreendedora e de uma visão globalista a sua vocação.

A Matriz das Descobertas

Na investigação que realizámos com o professor Tessaleno Devezas para o projeto "Portugal, Pioneiro da Globalização" (cuja primeira edição saiu em maio de 2007, ainda antes do eclodir furioso da crise financeira), encontrámos 10 "ingredientes" na atuação dos políticos, dos nautas, dos cientistas, dos homens de negócio e dos militares dessa época, a que chamámos da "Matriz das Descobertas", uma espécie de ADN do que pode ser hoje, num mundo globalizado por excelência, uma "cartilha" própria.

Dois dos ingredientes mais impressionantes que encontrámos nesse processo de século e meio foram o "intento estratégico" e a "inteligência contextual", utilizando conceitos atuais.

Não basta ter uma visão – na época, a rutura introduzida, desde as famosas reuniões de Torres Vedras em 1412 e depois no castelo de Sintra, pelo Mestre de Aviz e pelo seu núcleo duro, da necessidade do país se lançar na projeção global.

Essa rutura é o que hoje chamaríamos um "pensamento fora da caixa". Em termos simples, olhar para fora do terreno de competição geopolítica da época no continente europeu, onde dominavam guerras intestinas, e do Mediterrâneo, então hegemonizado por uma espécie de G3, três grandes potências expansionistas, Veneza e o império mameluco do Egito em aliança com os turcos otomanos.

O golpe estratégico sobre o estreito que liga o Mediterrâneo ao Atlântico, absolutamente surpreendente para as potências ribeirinhas do grande "Lago", marcou em Ceuta em 1415 o processo português de projeção global. Foi o legado fundador do monarca com maior longevidade da história portuguesa, o Mestre de Aviz.

Era, no começo, uma estratégia de "proximidade" em termos geopolíticos, complementada pelo corso atlântico, mas que em trinta anos se transformou na procura dos caminhos de um aliado mítico distante (o "Preste João das Índias") e de um espaço geopolítico e geoeconómico designado por "Índias" cujos contornos se foram aclarando desde as navegações a partir de Lagos, dirigidas pelo infante Henrique e pela sabedoria globalista do infante e regente Pedro, aos saltos qualitativos dados pelo Príncipe Perfeito e pelo seu sucessor e primo Dom Manuel.

Mas é preciso enroupar a visão com clareza, focalização e inspiração, como referiam Gary Hamel e o falecido C. K. Prahalad quando em 1985 recuperaram para o management o conceito de "intento estratégico". O intento estratégico é o que é perene, pois, como o processo desde as reuniões de Torres Vedras até Malaca e às Ilhas das Especiarias revela, as estratégias vão mudando, como se fossem plasticina, de acordo com a realidade.

Uma mesma visão e um mesmo intento estratégico alojam, sempre, diversas estratégias geopolíticas e vários modelos de negócio e grupos liderantes, diríamos hoje.

A conquista de Ceuta, a procura do ouro e da ilusão dos afluentes do Nilo ao longo da costa africana até ao Golfo da Guiné, a atribulada demanda do caminho marítimo para a Índia e depois o projeto imperial manuelino de projeção global do Mediterrâneo ao Pacífico foram momentos diferentes dentro de um mesmo chapéu. O modelo de negócio henriquino do corso atlântico e da escravatura foi diferente do ciclo do ouro da Mina e distinto do ciclo das especiarias, como magistralmente analisou e documentou J. Lúcio de Azevedo nos anos 1920.

Mas esta volubilidade estratégica exige um outro ingrediente fundamental – o que chamamos hoje de inteligência contextual. Foram Nitin Nohria e Anthony Mayo que em 2005 trabalharam na área do management esse conceito. O professor Nye, a que já nos referimos, estendeu esse conceito ao exercício do poder e em particular à geopolítica. Essa inteligência é a capacidade de usar "o fluxo de acontecimentos com vista a implementar um intento estratégico". O que exige uma grande abertura à realidade, à contingência e às surpresas. O que requer a tal plasticidade política e de gestão, que permite "surfar" – como diz Nye – as "janelas de oportunidade".

Face ao acaso e à contingência, que sempre dominam a realidade, não basta "trabalhar, trabalhar, trabalhar", como às vezes se diz com grande popularidade. É indispensável perceber as tendências, aprender, aprender, aprender com o feedback da realidade, e mudar de estratégias rapidamente – algo que exige o tal 1% de inspiração, de rasgo, sem o qual os 99% de transpiração servem apenas para sujar a camisa. Só, assim, se tira proveito da sorte ou se contornam os azares, com mérito próprio, como diz Nye.

Um outro ingrediente que andou como irmão desta inteligência contextual foi o que, sofisticadamente em gestão, se chama de "improviso organizacional", ou, trocado por miúdos, o célebre "desenrascanço" português. É, sem dúvida, um património visível na logística impressionante da época que defrontava uma enorme ignorância dos mares nunca dantes navegados, nos ziguezagues de muitas batalhas navais cruciais para a afirmação do domínio hegemónico, na própria busca de soluções políticas num mundo muito diferente do europeu, e no próprio acicate para a inovação científica e tecnológica que suportou a expansão.

Este processo das "Descobertas" trouxe, também, uma herança, surpreendente mais de 500 anos depois: os portugueses foram os primeiros europeus que sistematicamente se relacionaram com quatro das potências emergentes do século XXI, o Brasil, a África do Sul, a China e a Índia.

A inovação geopolítica mais relevante

Estes ingredientes que referimos formam como que um ecossistema que se autoalimenta. Um dos "produtos" desse processo de um século das Descobertas e deste ecossistema foi a inovação geopolítica mais importante da globalização – a criação do que os historiadores Luiz Filipe Thomaz e Jean Aubin, já falecido, designaram por primeiro "império em rede". Mais tarde copiado pelos hegemonistas seguintes.

Este conceito em "rede" implicava um conjunto de elos que permitiram a sustentabilidade do processo: a noção da necessidade de posicionamento estratégico nos pontos críticos das grandes rotas geoeconómicas, a consolidação de hubs não só económicos como políticos e militares, uma capacidade marítima com alta mobilidade e com inovação técnico-militar que permitiu a vantagem, e a própria noção institucional de um poder político distribuído e dominantemente marítimo que permitia a consonância estratégica – mesmo quando surgiam divergências discutidas, por vezes, com um ano a dois anos de espaço - entre Lisboa, Goa e Malaca.

Esta noção de projeção global em rede acarreta modernamente dois atributos: a visão e vocação globalistas e a noção de geometria variável. Os portugueses sempre se afirmaram quando olharam para além do umbigo ou da sua zona de conforto e de proximidade, e quando não se deixaram afunilar neste ou naquele destino particular.

Uma herança surpreendente

Este processo das "Descobertas" trouxe, também, uma herança, surpreendente mais de 500 anos depois: os portugueses foram os primeiros europeus que sistematicamente se relacionaram com quatro das potências emergentes do século XXI, o Brasil, a África do Sul, a China e a Índia.

Finalmente, há uma lição histórica que sempre se repetiu ao longo dos séculos. A "condição portuguesa", na geografia política do mundo, é a de um shatterbelt europeu e atlântico, na periferia ocidental da Europa e como frente atlântica da Península Ibérica, uma zona sempre sujeita ao embate e disputa de grandes potências continentais ou marítimas.

Esta condição pode ser, sempre, encarada de dois ângulos: a visão fatalista de um espaço condenado a ser protetorado ou dependência das potências na ofensiva ou incumbentes, ou a visão Quinhentista de plataforma de projeção, naturalmente, nos tempos atuais, despida da noção imperial e da violência da época joanina e manuelina.

PEDRO MANUEL FLORES PEREIRA

Licenciatura em Economia pela Universidade dos Açores
Funcionário Público dos quadros da Secretaria Regional da Economia
BripelAçores, Lda - Empresa de produção e comercialização de produtos resultantes de resíduos de madeira.

Um projecto que nasceu no seio universitário

BRIPELAÇORES - PRODUÇÃO DE PELLETS E BRIQUETES

BripelAçores é uma unidade industrial de transformação e reaproveitamento de resíduos de madeira que iniciou a sua actividade, na ilha de São Miguel, em Setembro do ano passado e que tem à sua frente o empresário Pedro Manuel Flores Pereira.

Natural das Velas, ilha de São Jorge, Pedro Pereira, em entrevista à Revista €mpreender, confessa que criar uma empresa de produção e comercialização de produtos resultantes de resíduos de madeira nunca fez parte dos seus sonhos. Contudo, a frequência e conclusão do curso de Economia, na Universidade dos Açores, onde teve de apresentar um trabalho que implicou a criação de um projecto empresarial, despertou-o para um novo desafio levando-o ao percurso que agora está a iniciar.

Desde 1997 que desempenha funções na Administração Pública, tendo pertencido ao quadro da Secretaria Regional da Educação e Ciência, Direcção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional – Inspecção Regional do Trabalho – e, mais recentemente, da Secretaria Regional da Economia – Direcção Regional do Comércio Indústria e Energia, na área da Fiscalização Industrial. Hoje dedica-se totalmente a este novo projecto cuja ideia surgiu na sequência da própria actividade profissional exercida na área da fiscalização industrial. Isto porque, segundo refere, sentiu que podia haver, nos Açores, um mercado para este tipo de produto que resolvesse um problema ambiental, nomeadamente no que diz respeito ao aproveitamento de resíduos de madeira, provenientes das serrações, carpintarias, podas florestais, etc.

Começou por pesquisar informação acerca da biomassa, nomeadamente junto de entidades competentes na matéria, incluindo os produtores nacionais e estrangeiros, e, à medida que foi tomando conhecimento sobre o que se fazia em Portugal continental e na Europa, achou que seria interessante trazer o tema para o trabalho final da disciplina de Avaliação de Projectos.

Tendo passado da teoria à prática, Pedro Pereira conta-nos que adaptou este projecto idealizado inicialmente apenas para uma disciplina do curso de Economia da Universidade, à dimensão da Região Autónoma dos Açores. Assim, se inicialmente o projecto previa unicamente a produção de pellets, depressa alargou essa produção também aos briquetes. Ambos os produtos são 100% ecológicos, feitos única e exclusivamente de resíduos de madeira prensada à qual é retirada praticamente toda a humidade, o que lhes confere um alto poder calorífico, superior à lenha tradicional. Além disso, outra das grandes vantagens é o facto de estarmos a falar de produtos que ocupam pouco espaço. Mas a mais-valia destes produtos situa-se no facto de estarmos perante uma energia limpa, económica e mais barata (cerca de 30% a 40%) do que as tradicionais energias poluentes (gasóleo, fuelóleo, etc.).

Questionado sobre quais as maiores dificuldades sentidas na implementação da sua empresa, Pedro Pereira considera que pelo facto de se tratar de produtos inovadores e, por isso, desconhecidos da maior parte das pessoas nos Açores, a maior dificuldade será incentivar o cliente para o uso desta energia

alternativa. Como tal, o maior desafio que tem pelas mãos vai passar por lançar os produtos no mercado. Mas gerir uma empresa desta natureza representa também, para o nosso entrevistado, um desafio muito grande. Assim, presentemente, dedica todo o seu tempo à nova empresa, "pois não seria possível desempenhar as duas funções simultaneamente, dado que o arranque de uma empresa como esta, que implica uma logística grande a nível técnico, ocupa muito do meu tempo".

Perspectivando o futuro, Pedro Pereira refere que o próximo passo a dar, depois de todas as máquinas estarem a funcionar em pleno, é garantir uma produção de qualidade e satisfazer as necessidades dos clientes. Sentindo esta missão como um objectivo a cumprir em termos profissionais, o responsável pela BripelAçores garante que, também a nível pessoal, se sentirá realizado se conseguir vingar no mercado.

Sobre os actuais sistemas de incentivos à iniciativa privada existentes na Regional Autónoma dos Açores, Pedro Pereira entende ser fundamental para a criação de novas empresas a possibilidade das empresas recorrerem a fundos governamentais que as ajudem a colocar de pé projectos inovadores.

"Considero que o SIDER é um sistema fundamental no incentivo à criação de novas empresas e no fomento do empreendedorismo na nossa Região, sobretudo aquele que propõe projectos inovadores" - disse.

No entanto, chama atenção para a necessidade das instituições bancárias corresponderem aos apelos feitos pelos empreendedores dos novos projectos. Isto porque "com as últimas alterações feitas à legislação, penso que o Governo Regional está a chegar aos limites da sua ajuda", disse acrescentando que "será necessário, então, que a banca também corresponda aos apelos feitos pelos empreendedores dos novos projectos para que o tecido empresarial se possa inovar, crescer e tornar-se mais competitivo".

Quanto ao SIDER – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores deixou um apelo: "que o processo, que diz respeito aos pagamentos intercalares seja mais célere, permitindo solidez na fase de arranque das empresas", caso contrário, conclui, "é impossível garantir os compromissos financeiros assumidos nesta fase inicial".

Ser-se empreendedor numa Regional como os Açores não é fácil porque "estamos numa região periférica, com limitações e um mercado pequeno e disperso por 9 ilhas, o que dificulta a acção das empresas".

No entanto acredita que as ilhas açorianas têm "muitas potencialidades, enquanto região, que podem e devem ser exploradas".

"Resta às pessoas não terem receio de empreender, procurar apoios e acreditarem nos seus projectos. Os empresários, por sua vez, deverão também olhar para os novos empreendedores, incentivando-os, pois, todos os anos, saem novos projectos inovadores e interessantes em termos económicos, que acabam por ficar unicamente no papel e não passam da Gala do Empreendedor" – rematou.

Pedro Pereira considera-se uma pessoa empreendedora porque conseguiu passar da teoria à prática e apresentar uma ideia inovadora.

"Resta-me, contudo, comprovar este espírito empreendedor realizando todo um trabalho que tenho pela frente" – adiantou.

GABINETE DO EMPREENDEDOR

Espaço GE

No Espaço Gabinete do Empreendedor encontrará artigos relevantes para empreendedores e empresas, com informações que poderão fazer a diferença, seja na hora de entrar no mundo dos negócios, seja no dia-a-dia da gestão da sua empresa.

Gostaria de ver desenvolvido nesta secção algum assunto relevante? Envie-nos um e-mail para draic@azores.gov.pt

A rede de Gabinetes do Empreendedor é constituída por oito gabinetes que proporcionam um atendimento personalizado e especializado a empresas e empreendedores. Consulte o Gabinete do Empreendedor mais próximo de si para esclarecer dúvidas ou obter informação sobre questões inseridas no ciclo de vida da empresa.

GE São Miguel
Praça Gonçalo Velho Cabral, 3
9500-063 Ponta Delgada
Tel: 296 309 774/296 309 100
Fax: 296 281 088
e-mail: ge.saomiguel@azores.gov.pt

GE Santa Maria
Rua Dr. Luís Bettencourt, 92
9580-529 Vila do Porto, Apt. 109
Tel: 296 883 180
Fax: 296 883 181
e-mail: ge.santamaria@azores.gov.pt

GE Faial
Rua Ernesto Rebelo, nº 14
9900-112 Horta
Tel: 292 200 534/292 200 500
Fax: 292 200 533
e-mail: ge.faial@azores.gov.pt

GE Pico
Rua Capitão-Mor Garcia
Gonçalves Madruga, 21
9930-129 Lajes do Pico
Tel: 292679841
Fax: 292679844
e-mail: ge.pico@azores.gov.pt

GE Terceira
Rua Direita, 72
9700-066 Angra do Heroísmo
Tel/Fax: 295 216 054
e-mail: ge.terceira@azores.gov.pt

GE Graciosa
Rua do Castilho, 9
9880-355 Santa Cruz
da Graciosa
Tel: 295 712 711
Fax: 295 732 446
e-mail: ge.graciosa@azores.gov.pt

GE São Jorge
Rua da Gruta, s/n
9800-533 Velas de
São Jorge
Tel/Fax: 295 432 048
e-mail: ge.saojorge@azores.gov.pt

GE Flores
Rua Dr. Armas da Silveira, 1
9970-331 Santa Cruz
das Flores
Tel/Fax: 292 592 846
e-mail: ge.flores@azores.gov.pt

Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo dos Açores

Criado em Fevereiro passado, o FIAEA é um Fundo de Capital de Risco constituído em parceria entre a APIA-Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E. e a InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento sustentado da economia açoriana, através do fomento do empreendedorismo e da valorização de projectos inovadores, geradores de desenvolvimento e de emprego.

É direccionado para financiar projectos de Micro e Pequenas e Médias Empresas (PME) nos Açores, em todas as fases de desenvolvimento, independentemente do sector de actividade e que constituam uma clara oportunidade de negócio.

A intervenção deste Fundo decorre em três fases: Fase 1. Análise do Projecto, em que é realizada a apresentação do projecto pelos promotores, é analisado o plano de negócios e são negociadas as condições contratuais (investimento, acompanhamento e desinvestimento).

Na Fase 2. Concretização é assinado o acordo parassocial e é subscrito e realizado o capital.

A implementação do investimento proposto decorre na Fase 3. Valorização, em que é efectuado o acompanhamento da empresa.

Finalmente, é na Fase 4. Desinvestimento que ocorre a venda da participação do Fundo. Esta venda pode ser realizada em favor dos promotores, de terceiros ou mesmo em bolsa.

O FIAEA irá realizar operações de investimento em PME na fase inicial da sua vida (*early-stages*, *start-ups* e *spin-offs*) que apresentem potencial de valorização, quer através de tecnologia única ou de uma componente de inovação. Estes projectos de carácter inovador deverão ser desenvolvidos por empresas com actividade há menos de 3 anos.

Será dada preferência às operações de financiamento em projectos com sindicação de capital com outros parceiros e/ou investidores, não sendo elegíveis operações de consolidação ou reestruturação financeira

Os investimentos de capital são realizados em conjunto com os promotores do negócio por um período temporário entre 3 a 5 anos, consoante o estado de desenvolvimento dos projectos empresariais, estando cada operação limitada a 100 mil euros, em cada 12 meses, por empresa, embora pelo menos 15% do investimento total no projecto tenha que ser subscrito pelos promotores do negócio. A participação do Fundo no capital social da empresa será tendencialmente minoritária.

Na venda da participação detida pelo Fundo na empresa, verificar-se-á uma distribuição das mais-valias obtidas com os promotores, atribuindo-lhes 20% das mais-valias obtidas pelo FIAEA na operação.

Uma operação de capital de risco implica a participação no capital social de uma empresa, normalmente minoritária e por um período temporal limitado, por parte, neste caso, de um Fundo gerido por uma Sociedade de Capital de Risco. Esta é uma forma de financiamento da actividade empresarial com um horizonte de médio e longo prazo, assegurando assim um suporte estável ao desenvolvimento da empresa. Baseia-se num relacionamento estável e accionista, conduzindo a um acompanhamento activo e focalizado no sucesso da empresa.

Entre outros aspectos, o sucesso de uma operação de capital de risco depende da disponibilidade dos promotores para aceitarem o Capital de Risco como parceiro, da credibilidade do projecto e dos promotores, da capacidade de concretização do plano de negócios e da valorização potencial do negócio.

Mais informações e apresentação de projectos em **www.inovcapital.pt/fiaea.**

Crie a sua empresa com um euro

Embora sejam poucas as sociedades comerciais que serão criadas com um capital social de apenas um euro, no passado dia 7 de Março foi publicado o Decreto-Lei que permite aos sócios fixarem livremente o valor do capital social.

Porque se afigura pouco provável que surjam muitas sociedades por quotas ou unipessoais por quotas – as sociedades anónimas continuam obrigadas a um capital social mínimo de 50 mil euros – em que a participação dos sócios seja de apenas um euro? O Decreto-Lei n.º 33/2001 ao permitir a fixação livre do capital social, não altera o facto do montante em causa ser o necessário para que a sociedade prossiga a sua actividade.

Assim, esta alteração ao Código das Sociedades Comerciais (CSC) vem permitir que pequenos negócios, sem necessidade de investimento em capital fixo inicial, possam arrancar com a forma societária. Por oposição, qualquer empresa que tenha de investir elevadas somas de capital para iniciar a sua actividade (edifícios, máquinas e equipamentos, frota automóvel, etc.) terá de ter um capital social elevado. Por outro lado, o recurso ao crédito estará muito mais dificultado para as empresas com capital social reduzido, que terão de apresentar outras garantias para conseguirem ter acesso a esta forma de financiamento.

Outra das alterações efectuadas por este Decreto-Lei prende-se com a possibilidade das entradas de cada sócio serem diferidas até ao final do primeiro exercício económico. Esta medida permite arrancar com o negócio, mesmo quando os sócios tenham falta de liquidez, mas também que o negócio gere resultados que alimentem o capital próprio. Uma vez mais, esta alteração apenas terá impacto em algumas áreas de negócio. Qualquer empresa que necessite de adquirir alvarás ou outros licenciamentos para que possa iniciar a sua actividade terá de dispor dos meios financeiros para fazer face a estes custos. Ora, estes meios serão, em princípio, entradas dos sócios no capital social.

Estas alterações ao CSC não legitimam a criação leviana de sociedades por quotas ou unipessoais; por um lado, continuam a ser prescritas medidas obrigatórias para quando existir perda de metade do capital social e, por outro, os requisitos para que os sócios respondam subsidiara ou solidariamente com a sociedade não foram alterados.

A criação de empresas com investimento inicial muito reduzido é facilitada com a entrada em vigor deste Decreto-Lei. Contudo, nestes casos será ainda mais premente que a sociedade gere rapidamente lucros que alimentem o seu capital próprio (aqueles que não são distribuídos aos sócios), de forma a aumentar a sua autonomia financeira.

Para uma pequena empresa a maior parte dos custos (e mesmo da sua responsabilidade) surgirá não no momento da sua criação, mas ao longo da sua gestão e mesmo no seu encerramento.

Estas simplificações vêm ainda enfatizar a necessidade de ser realizado, de forma responsável, um plano de negócio que permita, entre outros aspectos, prever quais as necessidades de financiamento de curto e médio prazo e quais as possibilidade para o seu retorno.

As simplificações introduzidas por esta e outras legislações ao abrigo do SIMPLEX não podem dispensar os futuros sócios da ponderação séria da oportunidade e viabilidade do negócio proposto.

Para mais informações sobre estas alterações e assistência na criação de empresas online contacte o Gabinete do Empreendedor mais próximo de si.

Licenciamento zero

No contexto de simplificação administrativa criado pelos sucessivos programas SIMPLEX, o Governo da República criou a iniciativa Licenciamento zero, destinada a reduzir encargos administrativos sobre os cidadãos e as empresas, por via da eliminação de licenças, autorizações, vistorias e condicionamentos prévios para actividades específicas, substituindo-os por acções sistemáticas de fiscalização a posteriori e mecanismos de responsabilização efectiva dos promotores.

Com esta iniciativa, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, visa-se também desmaterializar procedimentos administrativos e modernizar a forma de relacionamento da Administração com os cidadãos e empresas, concretizando desse modo as obrigações decorrentes da Directiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, que foi transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de Julho. Por um lado, contribui-se para a adaptação do regime jurídico das actividades de prestação de serviços aos princípios e regras previstos na directiva e, por outro, concretiza-se o princípio do balcão único electrónico, de forma que seja possível num só ponto cumprir todos os actos e formalidades necessários para aceder e exercer uma actividade de serviços, incluindo a disponibilização de meios de pagamento electrónico.

Para dar cumprimento a estes objectivos, este Decreto-Lei cria, em primeiro lugar, um regime simplificado para a instalação e a modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem. Assim, é substituída a permissão administrativa destes estabelecimentos por uma mera comunicação prévia, num balcão único electrónico, da informação necessária à verificação do cumprimento dos requisitos legais. A informação registada é partilhada por todas as autoridades com interesse relevante no seu conhecimento, nomeadamente para efeitos de fiscalização ou de cadastro.

Em segundo lugar, simplificam-se ou eliminam-se licenciamentos habitualmente conexos com aquele tipo de actividades económicas e fundamentais ao seu exercício – concentrando eventuais obrigações de mera comunicação prévia no mesmo balcão electrónico – tais como os relativos a: 1) utilização privativa do domínio público municipal para determinados fins (nomeadamente, a instalação de um toldo, de um expositor ou de outro suporte informativo, a colocação de uma floreira ou de um contentor para resíduos); 2) horário de funcionamento, suas alterações e respectivo mapa; e 3) afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, em determinados casos relacionados com a actividade do estabelecimento, sem prejuízo das regras sobre ocupação do domínio público.

Em terceiro lugar, este Decreto-Lei elimina o regime de licenciamento de exercício de outras actividades económicas, para as quais não se mostra necessário um regime de controlo prévio, tais como a venda de bilhetes para espectáculos públicos em estabelecimentos comerciais e o exercício da actividade de realização de leilões em lugares públicos.

Finalmente, em todos os regimes acima mencionados, aumenta-se a responsabilização dos agentes económicos, reforçando-se para o efeito a fiscalização e agravando-se o regime sancionatório. Elevam-se os montantes das coimas e prevê-se a aplicação de sanções acessórias que podem ser de interdição do exercício da actividade ou de encerramento do estabelecimento por um período até dois anos.

Na sequência do regime estabelecido por esta legislação, a Portaria n.º 131/2011 veio estabelecer a criação do Balcão do empreendedor – ponto central do Licenciamento zero – e determinar as suas funcionalidades mínimas, o modo de autenticação no balcão e as formas de acesso, prevendo-se um acesso directo, via Internet, e igualmente um acesso presencial, mediado por um intermediário, que poderá estar disponível nos municípios ou em outros balcões públicos ou privados.

Igualmente importante é a determinação da produção faseada de efeitos do Decreto-Lei n.º 48/2011, que começará por uma fase experimental, limitada a alguns municípios e aos estabelecimentos e actividades de restauração ou de bebidas. Esta fase experimental durará até ao final de 2011. Após o termo da fase experimental, os municípios podem aderir livremente a esta iniciativa, devendo essa adesão estar concluída até ao dia 2 de Maio de 2012, data em que o regime do Licenciamento zero aplicar-se-á integralmente em todo o território do continente.

Os actos e os procedimentos necessários à execução do Licenciamento zero nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira competem às entidades das respectivas administrações regionais com atribuições e competências nas matérias em causa.

Código Contributivo: conheça as novas regras

Em vigor desde 1 de Janeiro de 2011, o novo Código Contributivo trouxe novas regras com impacto significativo na vida das empresas. Em seguida vamos rever algumas das alterações mais importantes.

Novos prazos para a entrega das declarações de remunerações: as declarações de remunerações passam a ser entregues entre os dias 1 e 10 do mês seguinte, quando anteriormente o prazo terminava no dia 15. Estas declarações devem ser entregues por mês, estabelecimento e taxa contributiva. As empresas que excluam trabalhadores das declarações incorrem em contra-ordenação muito grave.

Procedimentos desmaterializados: a Internet passa a ser o canal privilegiado para comunicações, apresentação de requerimentos e cumprimento de obrigações declarativas. São poucas as excepções a esta regra.

Novos prazos para o pagamento das contribuições: as empresas devem realizar os pagamentos entre os dias 10 e 20 de cada mês. Antes os pagamentos eram efectuados entre os dias 1 e 15.

Taxa não muda (regime geral) mas a base é alargada: embora as taxas do regime geral não tenham sofrido alterações (23,75% a cargo da empresa e 11% a caro do trabalhador), a base sobre a qual incidem os descontos inclui agora rendimentos antes isentos.

Recibos verdes também descontam: em determinadas situações, as empresas passarão a descontar 5% dos recibos verdes. Esta alteração apenas terá efeitos em 2012, sobre a actividade de 2001.

Novas regras para a comunicação de novos contratos: a admissão de um novo colaborador tem de ser comunicada nas 24 horas que a antecedem (início do contrato). As excepções prendem-se principalmente com os contratos de muito curta duração e por turnos, em que a comunicação pode ser realizada nas 24 horas seguintes ao início do contrato. Caso não aconteça a comunicação, assume-se que o contrato iniciou-se nos seis meses anteriores ao incumprimento. A não comunicação, no caso de trabalhadores beneficiários do subsídio de desemprego ou de doença, implica que a empresa seja solidariamente responsável pela devolução, na totalidade, dos valores recebidos indevidamente.

Comunicação de alterações ao contrato ou despedimento: a comunicação da cessação, suspensão ou alteração da modalidade de um contrato de trabalho deve ser efectuada online até ao dia 10 do mês seguinte. Outras alterações ao contrato que devem ser comunicadas incluem a identificação, início suspensão ou fim da actividade da empresa, sendo que estas obrigações são cumpridas sempre que seja dado conhecimento à administração fiscal ou estas informações possam ser obtidas oficiosamente.

Uma das alterações referidas que acarreta maior impacto para as empresas e para os seus colaboradores é **o alargamento da base contributiva**.

Assim, para além de todas as prestações em dinheiro ou espécie atribuídas ao trabalhador, directa ou indirectamente, como contrapartida da prestação de trabalho, com carácter regular, estão ainda incluídos: a remuneração base, diuturnidades e valores fixados em função da antiguidade e ainda os subsídios como o de refeição; comissões, bónus e prestações análogas, prémios de rendimento, produtividade, assiduidade e outros com carácter regular; remuneração por trabalho suplementar e nocturno; remuneração correspondente a férias, subsídios de Natal, de férias ou de Páscoa; subsídios por penosidade, perigo ou condições especiais, subsídios de compensação por isenção de horário ou equiparados, subsídios de renda, de residência e outros equiparados com carácter regular; gratificações devidas por contrato, mesmo que condicionadas ao desempenho e as de carácter regular; retribuições a que os trabalhadores não tenham direito devido a sanção disciplinar; valores devidos a título de despesas de representação pré-determinadas e das quais não tenham sido prestadas contas até ao fim do exercício; utilização pessoal de automóvel que gere encargos para a empresa; despesas de transporte suportadas pela empresa para custear deslocações em benefícios dos trabalhadores, desde que não resultem em transporte disponibilizado pelo empregador, ou excedam o valor do passe social ou o que resultaria da utilização de transportes colectivos; ajudas de custo, abonos de viagem, despesas de transporte e equivalentes; abono para falhas; compensação por despedimento por acordo quando dê direito a prestações de desemprego; e as importâncias recebidas pela utilização de automóvel próprio ao serviço da empresa.

Ficam de fora da base contributiva: os valores recebidos pela não concessão de férias ou de dias de folga; valores atribuídos a título de complemento de prestações do regime geral de segurança social; subsídios concedidos a trabalhadores para compensar encargos familiares, como a frequência de creche, jardim-de-infância, estabelecimentos de educação, lares de idosos e outros serviços de apoio social; subsídios eventuais para o pagamento com assistência médica e medicamentos do trabalhador e familiares; subsídios de férias, de Natal e outros relativos a bases de incidência convencionais (regimes especiais); valores das refeições tomadas pelos trabalhadores em refeitórios dos empregadores; indemnização devida em caso de declaração judicial de ilicitude do despedimento; compensação por cessação do contrato de trabalho por despedimento colectivo, extinção do posto de trabalho, não concessão de aviso prévio, caducidade e resolução por parte do trabalhador; indemnização por cessação antes do prazo convencional, do contrato de trabalho a prazo; e os descontos concedidos aos trabalhadores na aquisição de acções da própria entidade empregadora ou de sociedades dos grupos empresariais da entidade empregadora.

Outra das alterações significativas deste novo Código Contributivo prende-se com as taxas a aplicar aos vários **regimes especiais.** Estes grupos têm taxas ou bases contributivas diferenciadas, o que significa diferentes níveis de protecção social. A Segurança Social integra agora regimes como o Seguro Social Voluntário e o trabalho independente. Dentro dos regimes especiais encontramos os gerentes, directores e administradores, o trabalho de muito curta duração e intermitente (actividades agrícolas ou turísticas não superiores a uma semana nem a 60 dias de trabalho por ano), trabalhadores que adiem a idade da reforma, trabalho doméstico, trabalhadores em situação de pré-reforma, pescadores e agricultores, desportistas profissionais, pensionistas que continuem a trabalhar, trabalhadores com deficiência, bancários, existindo ainda regras especiais para grupos fechados e incentivos à contratação ou manutenção de postos de trabalho.

Notícias

Conferência Inovação e Empreendedorismo Competitivo

Organizada pelo Centro de Empreendedorismo da Universidade dos Açores, decorreu no dia 1 de Abril de 2011 a Conferência "Inovação e Empreendedorismo Competitivo".

Dividida por quatro painéis, visando temas no âmbito dos estímulos à actividade empreendedora, de empresas de base tecnológica, de inovação nos negócios e sobre financiamento, a Conferência "Inovação e Empreendedorismo Competitivo" contou com um vasto leque de intervenções que abordaram assuntos relativos ao capital de risco, à importância das incubadoras e da ciência aplicada, passando pelos diversos tipos de instrumentos financeiros de apoio à criação de empresas.

A sessão de abertura da Conferência "Inovação e Empreendedorismo Competitivo" contou com a presença do Secretário Regional da Economia, que destacou o facto do Governo dos Açores estar a desenvolver iniciativas conducentes à construção de um ecossistema de apoio ao empreendedorismo e à inovação nos Açores, tendo como partes constituintes medidas dirigidas ao fomento do empreendedorismo, à inovação em contexto empresarial, ao apoio ao investimento e à disponibilização de espaços de incubação de empresas. Esta estratégia que tem vindo a ser promovida pelo governo foi reforçada pela intervenção do Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, que na sua intervenção salientou o papel decisivo da inovação empresarial para o futuro dos Açores.

Conferência Internacional junta especialistas e empreendedores

No dia 9 de Abril o Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo recebeu a Conferência Internacional de Empreendedorismo, um evento que contou com a presença de muitos jovens da ilha Terceira, bem como de outros interessados, académicos, representantes de organismos públicos e associações privadas, bem como de empresários. Ao longo de um dia foi possível discutir questões relacionadas com o empreendedorismo, mas também com a economia, finanças e negócios.

Durante a manhã os participantes puderam ouvir as intervenções de Virgínia Trigo, professora do AUDAX-IUL, que sublinhou o carácter pessoal do espírito empreendedor. Rui Vinhas da Silva, professor associado do ISCTE, apresentou a sua visão externa da economia portuguesa. Foi ainda possível ouvir Pedro Carrilho, director da Kash Finanças Pessoais, defender a necessidade de se investir em educação financeira.

Após uma pausa para café, subiu ao palco Sandro Paim, presidente da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, que salientou a importância do empreendedorismo para a competitividade das empresas açorianas. Em seguida, o Director Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade, Arnaldo Machado, apresentou os apoios que o Governo Regional tem para os jovens empreendedores, nomeadamente o Empreende Jovem e o SIDER. Nélia Branco, do Centro de Empreendedorismo da Universidade dos Açores, fechou a manhã explicando qual o papel daquele Centro na promoção do empreendedorismo, dentro e fora da academia açoriana.

Após o almoço, a Conferência foi retomada com uma comunicação do Presidente do Sport Lisboa e Benfica. Luís Filipe Vieira apresentou o percurso conduzido pela sua direcção, trazendo aos participantes um exemplo de empreendedorismo no contexto do negócio do futebol. Luís Marques, Director-Geral da SIC, trouxe algumas notas sobre gestão,

risco e inovação no negócio dos media e Alfredo Casimiro, Presidente do Grupo Urbanos, ofereceu aos participantes o exemplo do grupo de empresas a que preside.

O último painel do dia foi precedido de uma intervenção de José Crespo Carvalho, professor do ISCTE, com longa experiência no mundo dos negócios, que fez a ponte entre estratégia e empreendedorismo, não deixando de apontar alguns factores críticos de sucesso dos Açores e algumas áreas de negócio promissoras. Salientou, contudo, a necessidade das empresas açorianas, por um lado, exportarem e, por outro, abandonarem a produção de baixo valor acrescentado, cujo único elemento diferenciador é eliminado pelos custos logísticos.

O professor deu então a palavra ao estilista Manuel Alves, ao ex-Director da incubadora de empresas e cidade tecnológica Valnalón, em Espanha, e à Presidente do Conselho Técnico Ambiental de Vaxjo.

Este evento foi organizado por André Leonardo, em parceria com a Câmara Municipal e Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo.

Salão internacional do vinho, pescado e do agro-alimentar

A Região Autónoma dos Açores, através de uma iniciativa conjunta da Secretaria Regional da Economia e da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, participou em mais uma edição do Salão Internacional do Vinho, Pescado e Agro-alimentar (SISAB 2011), que teve lugar entre os dias 21 e 23 de Fevereiro, no Pavilhão Atlântico, no Parque das Nações, em Lisboa.

O Director Regional do Apoio ao Investimento e à Competitividade, Dr. Arnaldo Machado, participou, em representação do Presidente do Governo Regional dos Açores, na sessão de abertura do evento. No jantar patrocinado pelo Governo Regional dos Açores, para além do Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade, esteve também presente o Presidente da Direcção do IAMA – Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, o Dr. Manuel Beato.

Os Açores marcaram presença com um stand próprio, onde estavam representadas cerca de 40 empresas açorianas.

Este certame reúne características muito específicas, que se adequam à divulgação e promoção dos produtos açorianos, tendo registado uma forte adesão das empresas regionais. Em primeiro lugar, trata-se de uma feira direccionada apenas para profissionais, ou seja, não é aberta ao público, proporcionando-se, assim, um bom ambiente para a realização de contactos empresariais, negócios e mesmo acções promocionais de produtos. Por outro lado, apenas é permitida a presença de produtos portugueses, isto é, produtos de marca nacional. Além disso, os profissionais que se inscrevem no SISAB, quer como expositores, quer como visitantes, são, na sua maior parte, compradores/distribuidores de produtos portugueses num número muito alargado de países, número esse que tem vindo a ser alargado de ano para ano. Registe-se que na edição do SISAB 2011, que já vai na sua XVI edição, que decorreu de 21 a 23 de Fevereiro, estavam inscritas 400 empresas nacionais e 1200 importadores oriundos de 80 países.

O SISAB tem, portanto, como objectivo fomentar as relações económicas entre os empresários, produtores e distribuidores estrangeiros e portugueses, de forma a promover e divulgar os produtos do sector alimentar e bebidas, permitindo, deste modo, apoiar o seu processo de internacionalização.

O interesse das empresas açorianas neste certame tem vindo a ser evidenciado, a avaliar não só pelo seu testemunho, mas também pelo acréscimo de inscrições de ano para ano, para além de ter possibilitado a realização de pequenos negócios que, à escala das empresas açorianas, têm sido importantes. Os contactos empresariais estabelecidos neste certame, tem permitido ainda a realização de exportações açorianas para novos mercados.

Este tem sido um importante instrumento de promoção e divulgação dos produtos açorianos no exterior, que o Governo Regional e, certamente, as empresas açorianas, irão continuar a privilegiar.

Fórum das Exportações

As potencialidades dos Açores como região exportadora estiverem em discussão num fórum que juntou empresas, entidades públicas e outros interessados. Este encontro, que decorreu a 27 de Junho, no Hotel VIP Executive Azores, em Ponta Delgada, contou com a abertura de Mário Fortuna, Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada e do Secretário Regional da Economia, Vasco Cordeiro.

Os presentes puderam participar em dois painéis ao longo da tarde. No primeiro painel, moderado por Luís Vasconcelos da Sodril – Representações Insulares Lda., intervieram Gualter Couto, Presidente do Conselho de Administração da APIA – Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, caracterizou e salientou o potencial das exportações regionais, tendo sido seguido por Arnaldo Machado, Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade e André Magrinho, Director da Associação Industrial Portuguesa, que apresentaram estratégias, meios e instrumentos para incrementar as exportações.

A segunda parte da tarde foi dedicada aos problemas e potencialidades dos Açores e incluiu as contribuições dos exportadores locais. Neste painel, moderado por José Oliveira Melo da Granja Lda., as áreas tradicionais foram representadas por Jorge Costa Leite, Administrador da Insulac, por Eduardo Ferreira, Gerente da Fábrica de Licores Eduardo Ferreira e Filhos Lda. e Romão Braz, Administrador do Grupo Finançor.

Por seu lado, sobre as novas áreas de exportação falaram Paulo Moniz, Administrador delegado da GlobalEda, António Vasco Viveiros, Vogal do Conselho de Administração do Hospital de Ponta Delgada e David Tavares, Director Executivo da Globestar Systems.

GEM Açores. Uma radiografia ao Empreendedorismo nos Açores

No passado dia 4 de Julho, a Universidade do Açores foi palco para a apresentação do Global Entrepreneurship Monitor (GEM – Açores), actualmente o maior estudo a nível mundial dedicado ao empreendedorismo, e que tem como objectivo analisar as relações entre o nível de empreendedorismo e o de crescimento económico em vários locais.

A apresentação das linhas gerais deste estudo esteve a cargo do director do Centro de Empreendedorismo da Universidade dos Açores, Gualter Couto e do Professor Dr. Augusto Medina, da Sociedade Portuguesa de Inovação e contou com o apoio da Secretaria Regional da Economia.

Segundo referiu o director do Centro de Empreendedorismo da Universidade dos Açores, "as principais conclusões do GEM Açores apontam que a Região se insere nas economias orientadas para a inovação, ou seja, para as economias mais desenvolvidas. No entanto, a taxa de actividade empreendedora – 3,5 nos Açores – revela-se mais baixa do que no continente, estando também abaixo da média registada nos países membros da União Europeia e das economias orientadas para a inovação".

Augusto Medina, por sua vez chamou a atenção para o facto do estudo apontar como uma das principais barreiras ao empreendedorismo na Região Autónoma dos Açores "a ausência de uma cultura empreendedora nos Açores".

O Relatório Global GEM 2010 é uma iniciativa conjunta do Babson College (EUA) e da London Business School (Reino Unido), contando com a participação de mais de 50 países e regiões, incluindo pela primeira vez a Região Autónoma dos Açores. O GEM Açores é uma iniciativa conjunta da Secretaria Regional da Economia, do Centro de Empreendedorismo da Universidade dos Açores e da SPI Ventures.

Realizado em 2010, este estudo baseou-se em inquéritos a mais de 1000 adultos e em 37 entrevistas a especialistas na matéria, desde o sector financeiro, educacional, governamental e empresarial.

O Director Regional do Apoio ao Investimento e Competitividade defendeu que o Governo dos Açores "está a desenvolver, de forma sistemática e coerente, um conjunto de iniciativas ligadas à economia baseada no conhecimento, de forma a criar as condições e os mecanismos adequados ao fomento de uma cultura empreendedora e à promoção da inovação no tecido empresarial açoriano".

Arnaldo Machado, que falava durante a abertura do Seminário GEM Açores 2010, fez referência aos instrumentos de apoio ao empreendedorismo que têm vindo a ser desenvolvidos: "o mecanismo de Capital de Risco recentemente lançado pelo Governo dos Açores, denominado Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo dos Açores, assim como uma parceira estratégica com a Universidade dos Açores para o funcionamento de uma incubadora de empresas para acolhimento de projectos empresariais inovadores promovidos por jovens".

Em breve o relatório GEM Açores estará disponível em:
www.spi.pt/GEMacores/index.html.
O Relatório Global GEM 2010 pode ser obtido em:
www.gemconsortium.org.

Estatísticas

Neste número da €mpreender fazemos uma actualização dos números do SIDER – Sistema de incentivos para o desenvolvimento regional dos Açores e do Empreende Jovem – Sistema de incentivos ao empreendedorismo. Os números são referentes Julho de 2011.

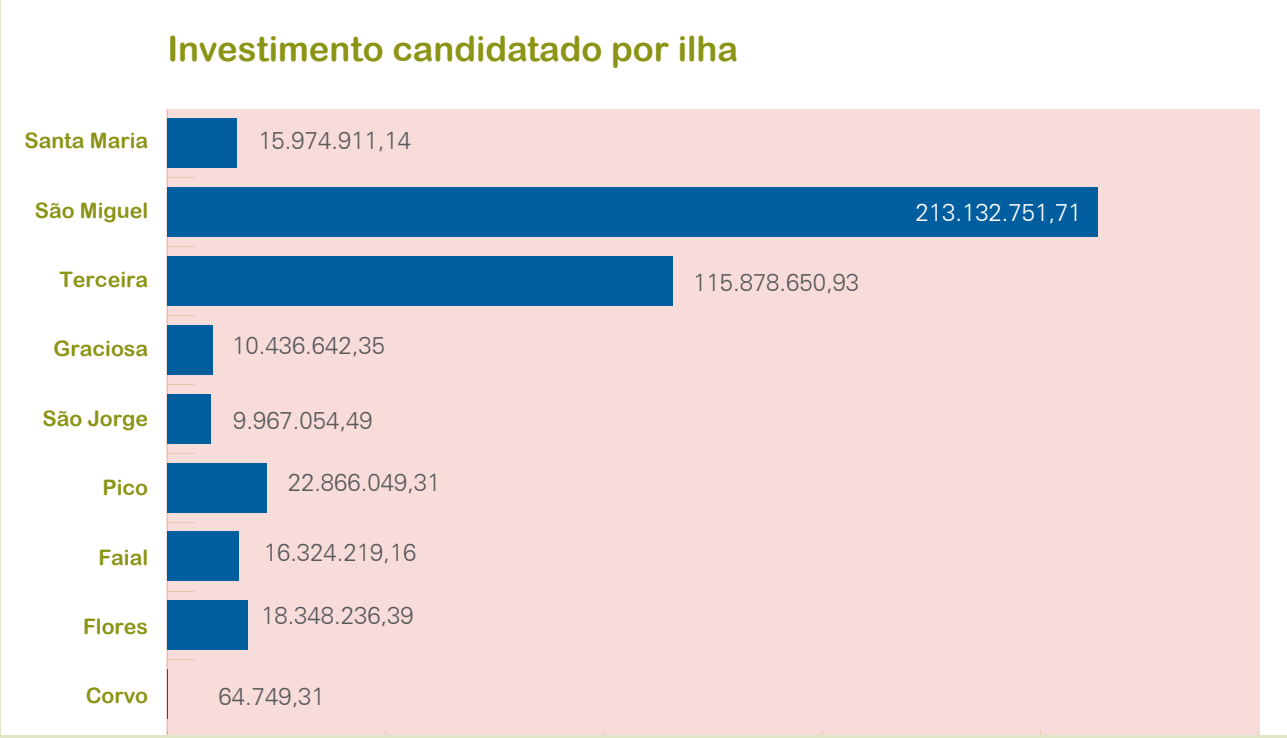
SIDER

O SIDER – Sistema de incentivos para o desenvolvimento regional dos Açores constitui o quadro legal de referência dos incentivos financeiros dirigidos ao sector empresarial açoriano, para o período de 2007-2013, cuja finalidade é conferir à economia regional os adequados índices de competitividade, indutores de um crescimento económico sustentável.

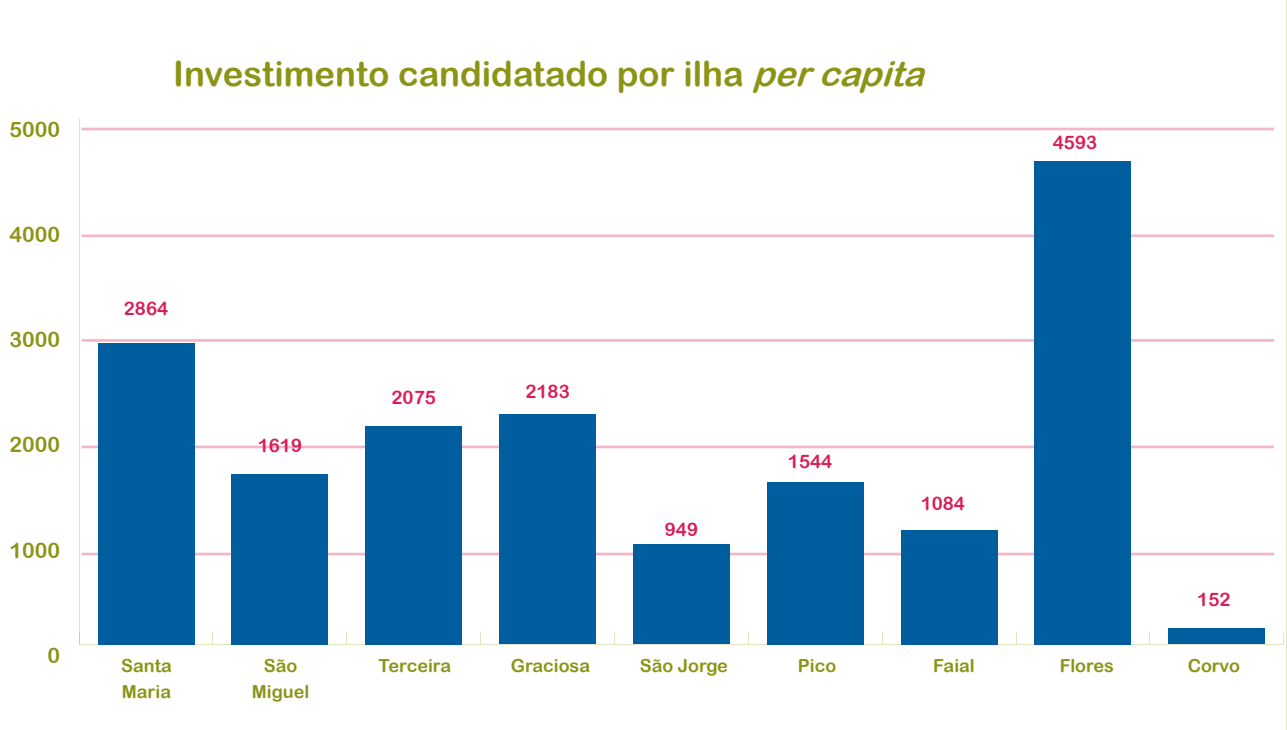
O SIDER tem como objectivo promover o desenvolvimento sustentável da economia regional, através de um conjunto de medidas que visam o reforço da produtividade e competitividade das empresas.

Este sistema é constituído pelos Subsistemas de Apoio ao Desenvolvimento Local (DLA – Mercado Local, DLB – Promoção da Segurança e Qualidade Alimentar), Desenvolvimento do Turismo (DTA – Investimento em Capital Fixo, DTB – Promoção da Segurança e Qualidade Alimentar), Desenvolvimento Estratégico (DEE) e Desenvolvimento da Qualidade e Inovação (DQI).

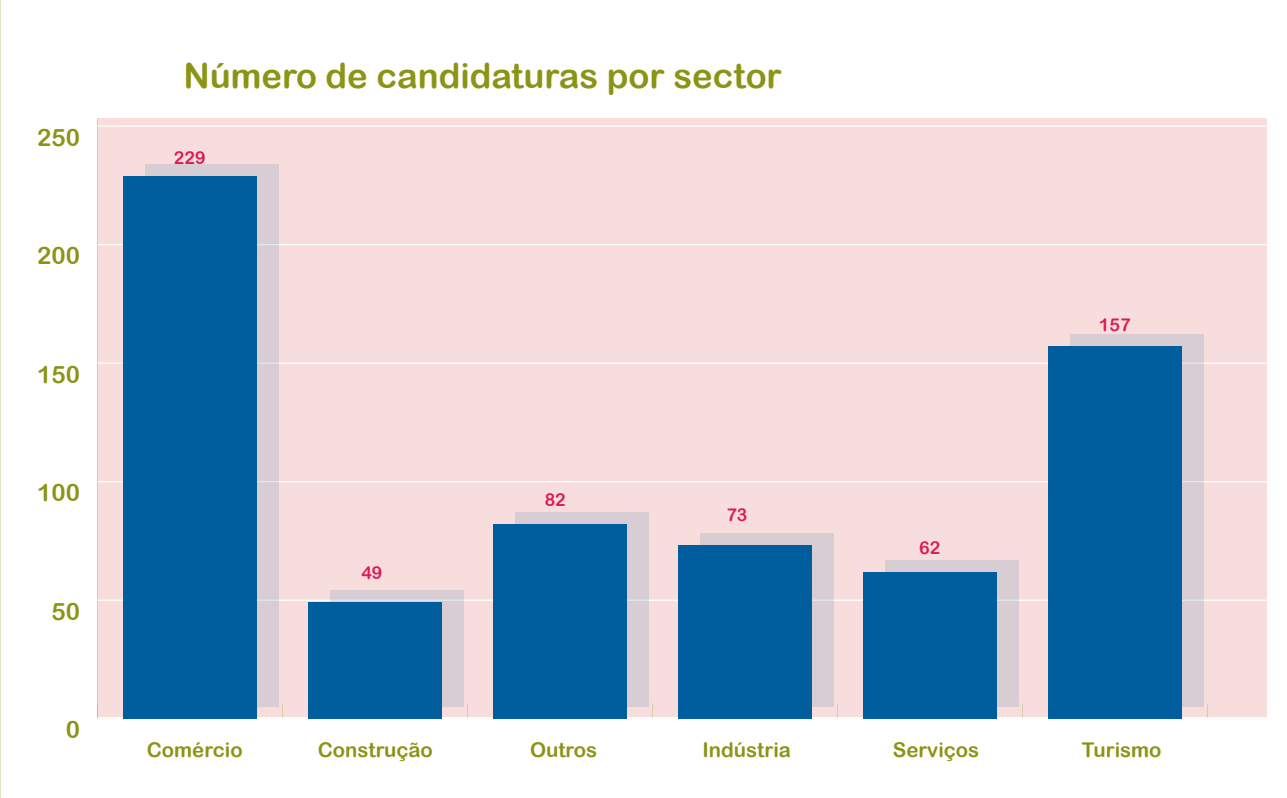
A ilha de São Miguel acolheu até esta data 313 das 652 candidaturas ao SIDER. No outro extremo da tabela encontra-se a ilha do Corvo, com apenas uma candidatura submetida a este sistema de incentivos.



Reflexo dos números anteriores, a maior ilha do arquipélago concentra 50,3% dos mais de 422 milhões de euros candidatados.

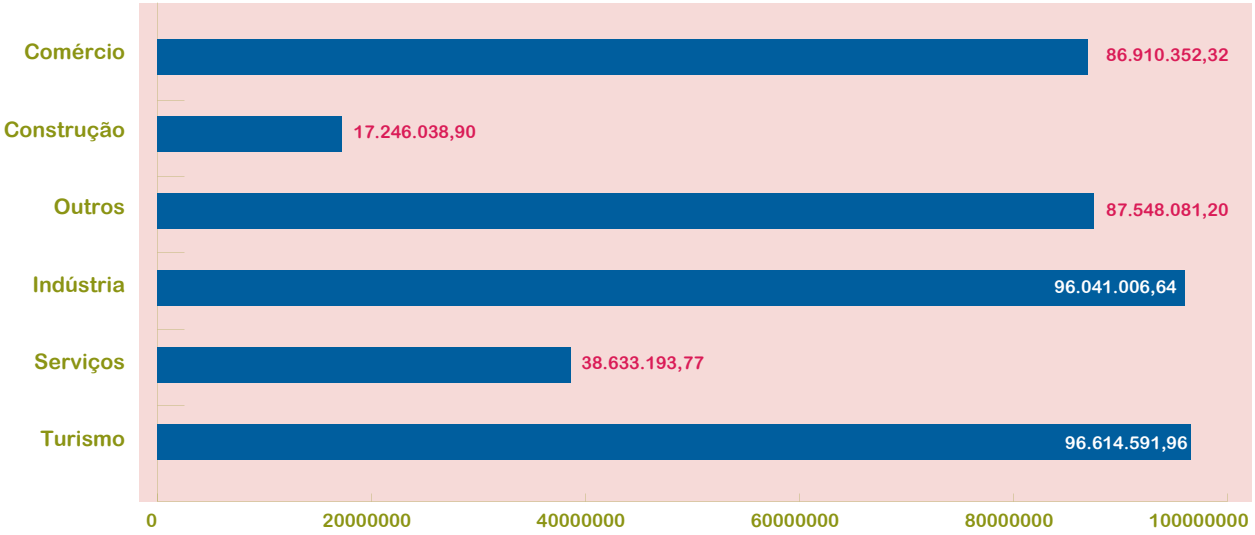


Contudo, é na ilha das Flores que o investimento programado tem mais impacto sobre cada um dos seus habitantes, seguida por Santa Maria.



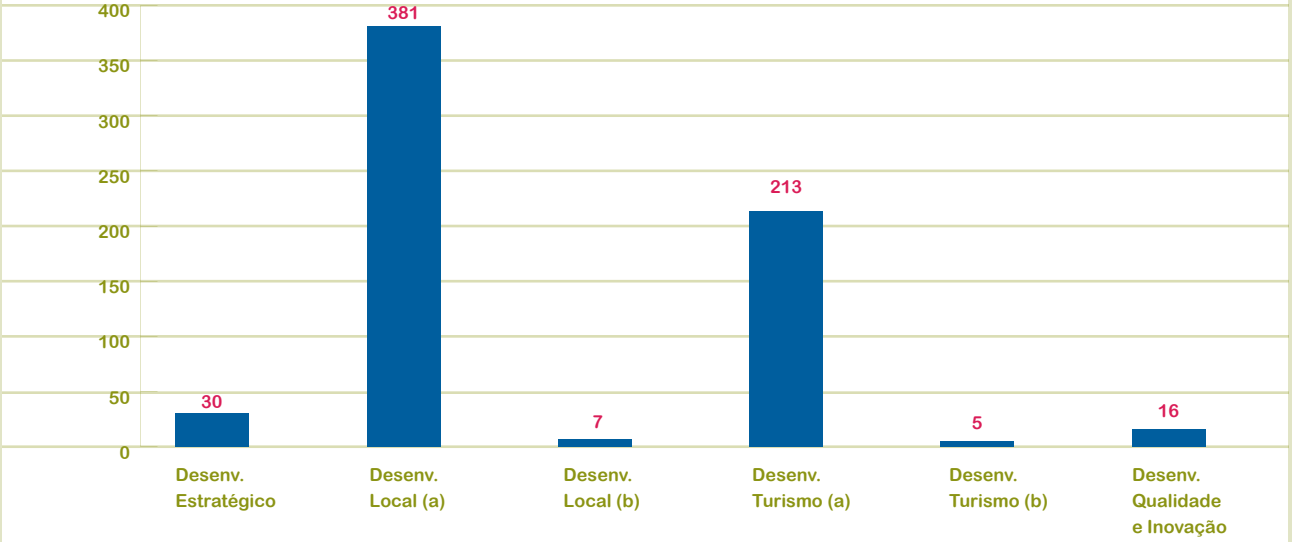
O sector do comércio continua a ser responsável pelo maior número de candidaturas, com 229, seguido pelo turismo com 157.

Investimento candidatado por sector

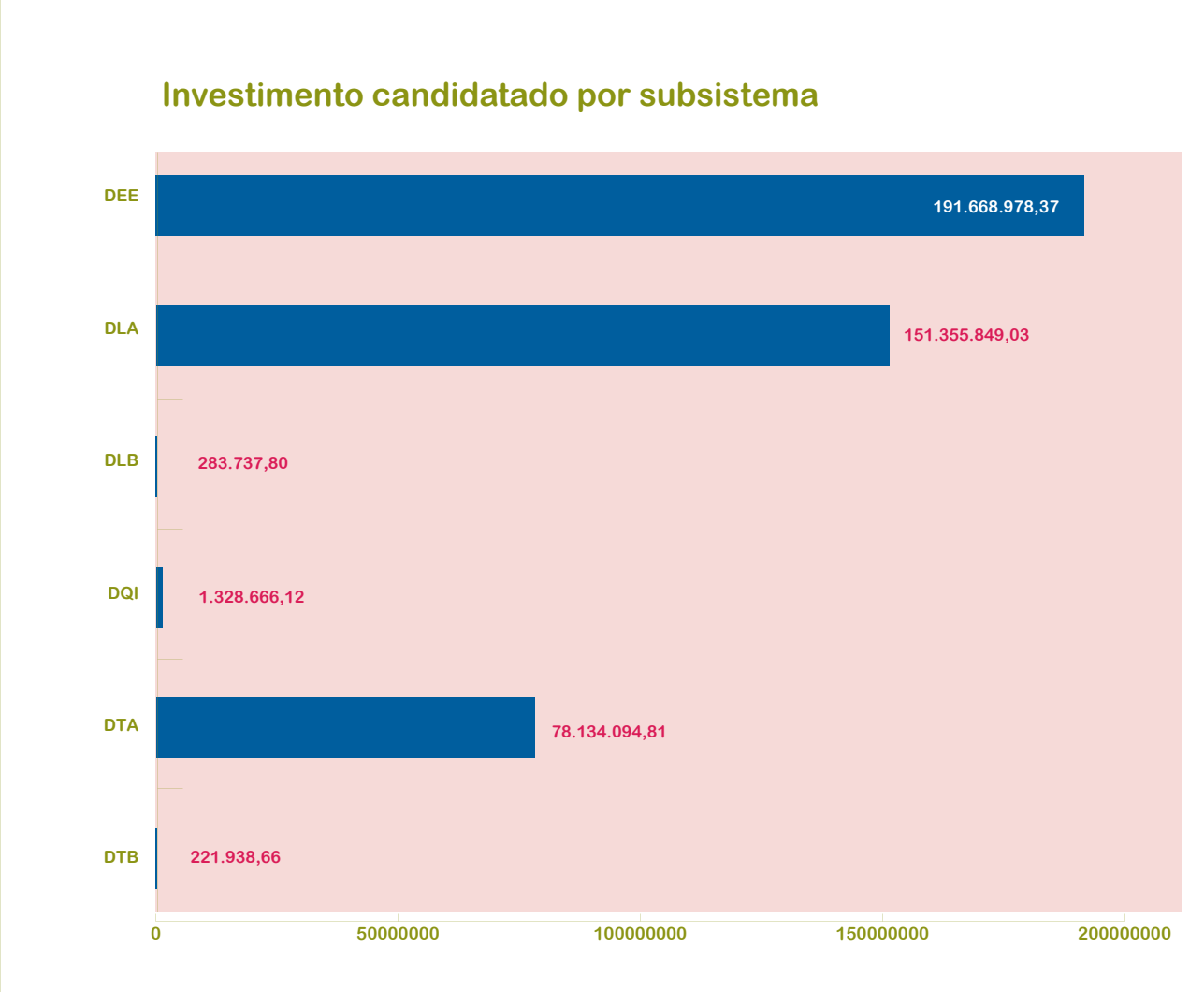


Desta feita, o número de candidaturas não se reflecte no investimento candidatado, já que o turismo lidera com 22,8% do investimento candidatado, seguido pela indústria, com 22,7% e pelo comércio, com 20,5%.

Número de candidaturas por subsistema



No que concerne ao desempenho de cada uma das medidas de apoio, nas várias tipologias aceites, as candidaturas DLA destacam-se claramente das restantes categorias, sendo seguidas pelos investimentos em capital fixo do sector do turismo.

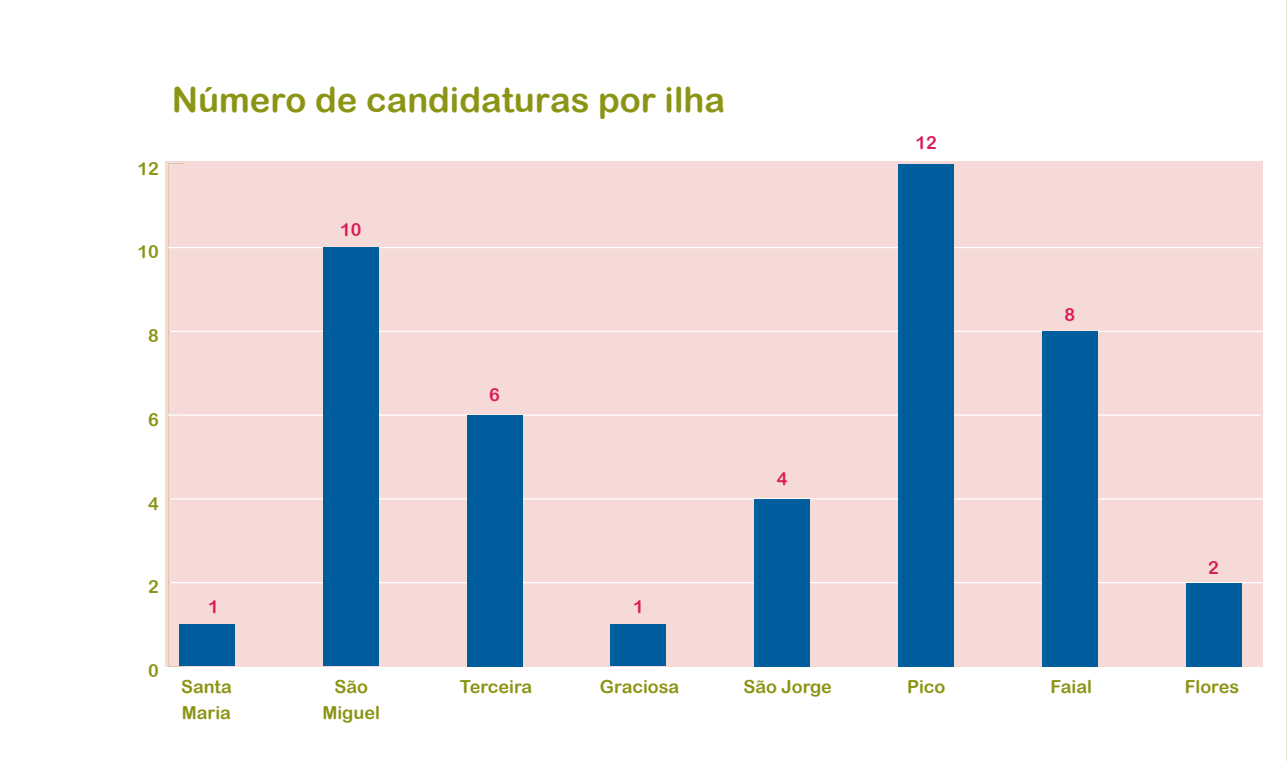


A relação anterior mantém-se quando analisamos o investimento candidatado a cada medida de apoio, contudo, ambas as tipologias são ultrapassadas pelos projectos candidatados ao Desenvolvimento Estratégico, que, pela sua natureza, apresentam valores de investimento muito superiores aos restantes.

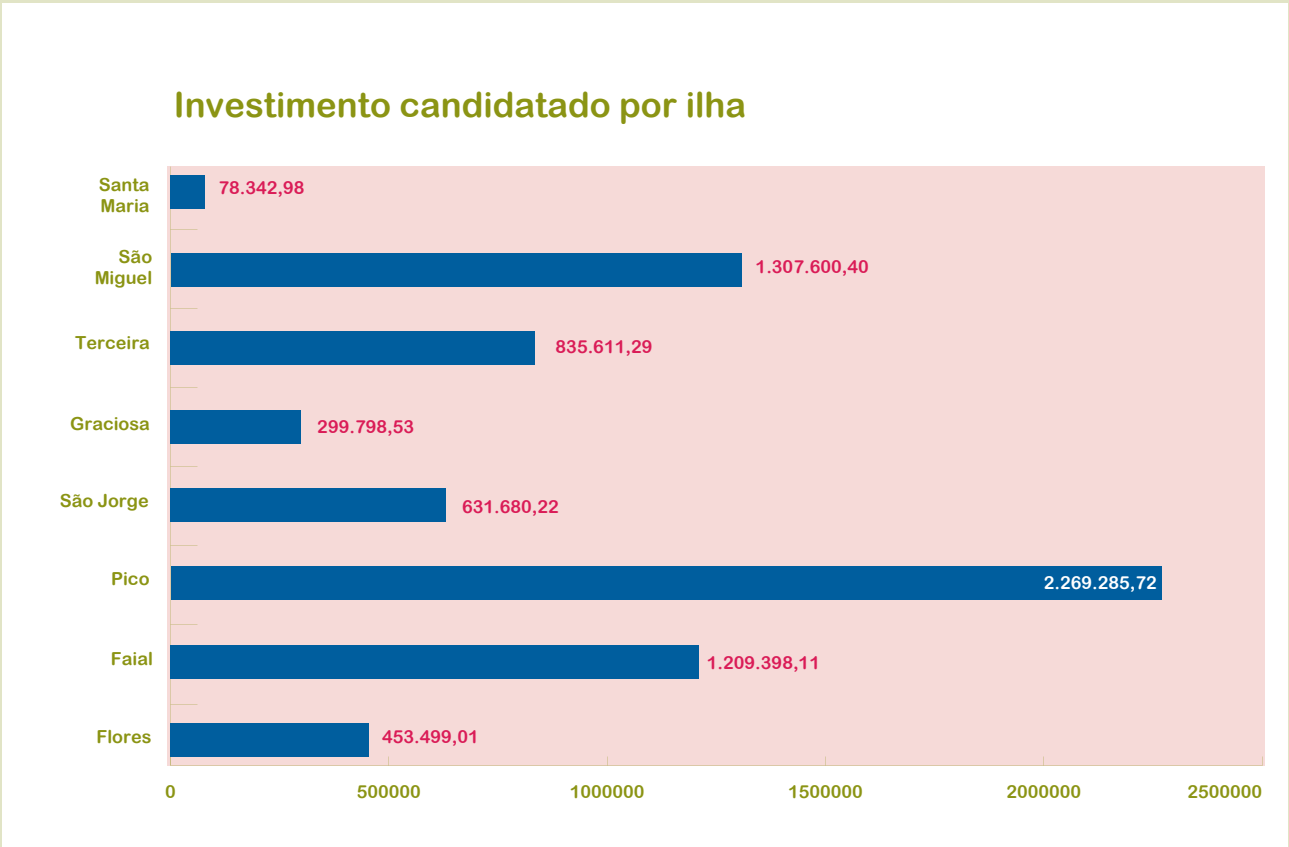
Empreende Jovem

O Sistema de Incentivos Empreende Jovem visa, essencialmente, estimular uma cultura de risco e vontade empreendedora, ao promover a criação de empresas de carácter inovador, contribuindo para o incremento de uma nova cultura empresarial, baseada no conhecimento e na inovação.

Destinado a jovens empreendedores (empresários em nome individual, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, sociedades comerciais e cooperativas, detidas maioritariamente por jovens empreendedores) titulares de nível de formação mínimo correspondente à escolaridade obrigatória, com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos, podendo alargar-se até aos 40 anos caso os jovens empreendedores tenham gozado de licença de parentalidade até aos 35 anos.

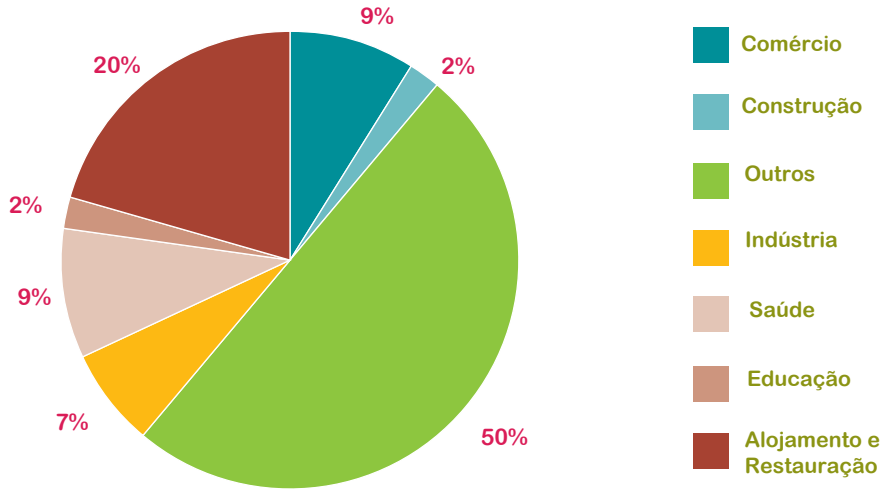


Nos últimos dois anos deram entrada 44 candidaturas ao Empreende Jovem, sendo que é a ilha do Pico que lidera com 12 projectos seguindo-se a ilha de São Miguel.



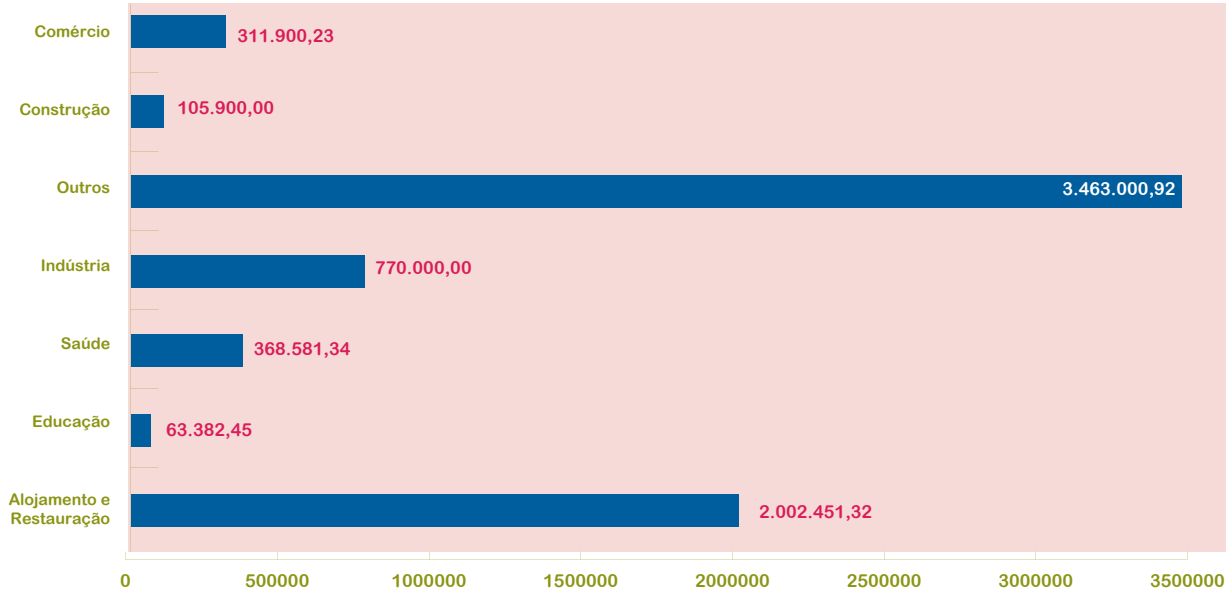
É na ilha do Pico que se concentra a maior parte do investimento candidatado a esta medida de apoio.

Número de candidaturas por sector



No que respeita aos sectores de actividade verifica-se que é o Alojamento e Restauração que ocupa 21% das candidaturas, ficando reservado 50% para outros sectores de actividade onde se incluem os Serviços.

Investimento candidatado por Sector



Em termos de investimentos verifica-se a respectiva correspondência entre o número de candidaturas por sector e o montante de investimento candidatado. A maior parte do investimento é aplicada no sector do alojamento e restauração.

Governo dos Açores

SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA

DIRECÇÃO REGIONAL DE APOIO AO
INVESTIMENTO E À COMPETITIVIDADE

€mpreender